

AS LACUNAS AXIOLÓGICAS E ONTOLÓGICAS COMO JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO ART. 475-J DO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO

AXIOLÓGICAS AND ONTOLOGICAL GAPS AS JUSTIFICATION FOR THE USE OF ART. 475-J OF THE CPC IN THE WORK PROCESS

Arinilson Gonçalves Mariano¹

Resumo: O presente aborda a possível aplicabilidade do art. 475-J do CPC nas execuções trabalhistas, sob pretexto da existência de lacunas ontológica e axiológica, que dariam vazão à aplicabilidade da normal advinda do direito comum. Nesse contexto foi feita uma breve análise do processo de execução no processo comum e no processo do trabalho, bem como dos casos de aplicação subsidiária do CPC nas hipóteses de omissão da CLT, para aferição da possível aplicabilidade do referido diploma legal. Certo é que muitos doutrinadores têm defendido a aplicação da multa, diante da existência de supostas lacunas ontológicas e axiológicas no processo do trabalho. Defendem que o processo do trabalho deve andar sempre em busca de dispositivos modernos, desde que compatíveis, para que se garanta o resultado útil do processo. Analisa a existência de regulamentação específica no processo laboral, bem como sua eficiência para obstar as interpretações de suposta omissão legislativa e a evidente incompatibilidade de utilização híbrida da matéria constante do direito processual comum, mediante a cisão do art. 475-J da CLT para utilização exclusiva do texto constante de sua cabeça, a fim de demonstrar a autonomia e suficiência da CLT quanto ao processo de execução.

Palavras-chave: Execução. Multa. Processo do Trabalho. Lacunas ontológicas e axiológicas.

Abstract: This addresses the possible applicability of art. 475-J of the CPC in labor, executions under the pretext of the existence of ontological and axiological gaps, which would give the applicability of the normal flow from the common law. In this context was made a brief analysis of the implementation process in the process and in the work process, as well as cases of subsidiary application of the CPC in the cases of omission of the CLT, to measure the possible applicability of that legislation. Certain is that many scholars have advocated the application of the penalty, on the existence of alleged shortcomings in the process of axiológicas and ontological work. They argued that the process of the work must always be in search of modern devices, to the extent that they are compatible, to ensure the outcome of the process. Analyzes the existence of specific rules in the labour process, as well as its efficiency to prevent the alleged omission legislative interpretations and the evident incompatibility.

Keywords: Execution. Fine. Work process. Ontological and axiológicas gaps.

¹ Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário de Anápolis – Uni-EVANGÉLICA.

Introdução

O presente estudo tem a finalidade de analisar o cabimento da aplicabilidade do art. 475-J no processo do trabalho, tendo em vista possível omissão da legislação trabalhista quanto aos procedimentos específicos a serem utilizados na execução.

Tendo em vista que o direito processual do trabalho possui regulamentação específica quanto ao processo de execução, seria possível admitir a aplicação subsidiária do CPC, no especial quanto às inovadoras regras do cumprimento de sentença, tidas como mais eficazes e modernas.

Se a legislação processual comum pode ser adotada em casos de omissão, estar-se-ia diante de um caso de lacuna ontológica – onde embora a lei exista, a mesma não corresponderia à realidade social atual – ou axiológica – onde embora a lei exista, ela não traria solução justa para o caso posto – situações em que poderia ser admitida a hipótese de aplicação das regras lá contidas.

Primeiramente, após breve exposição histórica, serão analisadas as particularidades da execução no direito comum e suas inovações alcançadas com o tempo, e da execução trabalhista, com suas características peculiares, seguido direta abordagem quanto às possibilidades de aplicação subsidiária do CPC à Execução Trabalhista.

Por fim, mediante avaliação do posicionamento dos Tribunais Superiores e de regionais pátrios, além da colheita de posicionamento de festejados doutrinadores, abordar-se-á a pertinência dos posicionamentos que defendem a existência de lacunas processuais que justifiquem a aplicabilidade da multa do art. 475-J, proveniente da execução comum, à execução na justiça especializada.

Com o presente estudo, mediante a utilização de pesquisa teórica, através do aprofundamento em bibliografia específica, utilizando-se como apoio e base contribuições de diversos autores sobre o tema em questão, por meio de consulta a jurisprudências de tribunais pátrios, pretende-se corroborar com a correta interpretação dos dispositivos celetistas que regulam o processo de execução, mediante a análise da possível absorção das inovações trazidas pelo art. 475-J do CPC, seu cabimento e suas possíveis aplicações na fase de execução na justiça laboral.

1. Do Processo De Execução

1.1 Da execução do CPC

As sentenças judiciais classificam-se, quanto ao seu objeto, em declaratórias, constitutivas e condenatórias. Possuem maior relevância as sentenças condenatórias, tendo em vista as possíveis repercussões geradas às partes do processo. O doutrinador Humberto Theodoro Júnior, em uma tentativa para melhor definir as sentenças condenatórias, classificou-as como:

[...] aquelas que, diante da violação de direito cometida por uma parte contra a outra, não se limitam a definir a situação jurídica existente entre elas, e determinam também a prestação ou prestações a serem cumpridas em favor do titular do direito subjetivo ofendido (2007, p. 34).

Então, uma sentença condenatória proferida no processo de conhecimento não se presta apenas a declarar eventual direito vindicado. Substancialmente, impõe a uma das partes o dever de cumprir determinada obrigação.

Uma das hipóteses é de o obrigado cumprir, de maneira voluntária, o que fora estabelecido na sentença, caso em que o processo será extinto pelo cumprimento da obrigação. A outra hipótese é de o obrigado deixar de cumprir voluntariamente a obrigação fixada, incumbindo ao credor requerer ao magistrado que faça concreta a sanção constante do título judicial, dando início ao que se chamava de processo de execução.

Ocorre que o processo de execução autônomo, tal como vigorou durante vários anos no sistema processual civil brasileiro, incidia o sistema dualístico, separando autonomamente os processos de conhecimento e de execução.

Nas duas últimas décadas, assistiu-se o legislador pátrio implementar profundas reformas no Código de Processo Civil, com o fito de dar celeridade e tornar o processo mais simples, célere. Primeiramente, verificou-se a introdução do art. 461-A no Código de Processo Civil, o que se deu através da lei n. 10.444/2002, a sentença condenatória passou a ser exequível sem a necessidade de propositura de nova demanda.

Na mesma linha, as maiores inovações acabaram sendo implementadas pela lei n.º 11.232/2005, através da qual todas as sentenças seriam objeto de cumprimento sem a necessidade de ação executiva em separado.

As mudanças alteraram de maneira substancial o trâmite das demandas que envolviam as obrigações de fazer, entrega de coisa e pagamento de quantia certa quando contidas nas decisões, promovendo profundas alterações na liquidação da sentença e nas execuções por quantia certa fundadas em título judicial, vez que os arts. 475-A a 475-H e 475-

I a 475-H as direcionaram para a fase de conhecimento do processo, ato contínuo à sentença condenatória, tornando desnecessária a fase de execução autônoma, surgindo, com isso, o denominado “cumprimento de sentença”.

O jurista Manoel Antônio Teixeira Filho identificou quais obrigações passariam a ser batizadas como “cumprimento de sentença”:

[...] Na verdade, as obrigações de pagar quantia certa, embora já não se submetam, como dissemos, a processo autônomo de execução, serão executadas sob o título de ‘cumprimento de sentença’. Podemos dizer, com esquite nesta norma legal, que, no âmbito do processo de conhecimento, o ‘cumprimento de sentença é o gênero do qual a execução constitui espécie.’ (2007, p. 51-52).

Tais alterações vieram, ao que parece, corrigir um equívoco procedimental que tornava o processo, sem sua fase executória, mais burocrático, redundando na sobrecarga do judiciário e na demora da prestação jurisdicional à parte que pleiteava a satisfação de seu direito.

São relevantes, aqui, especialmente, as modificações implementadas através do art. 475-J do CPC, que regulam o procedimento do “cumprimento de sentença” e que, em suma, impõem ao devedor uma multa de dez por cento sobre a quantia constante da sentença condenatória ou fixada em fase de liquidação, caso este não venha a pagar voluntariamente seu crédito no prazo de quinze dias. Além disso, regulam sobre a expedição do mandado de penhora e avaliação, indicação de bens a serem penhorados e da intimação do executado na pessoa de seu advogado para oferecer impugnação ao título executivo no prazo de quinze dias.

1.2 Da execução trabalhista

A autonomia conquistada pelo Direito do Trabalho passou por algumas fases. Enquanto o direito civil preocupa-se com a igualdade entre as partes na suas relações contratuais, no âmbito trabalhista, tem-se a preocupação com o princípio da proteção ao hipossuficiente. Dessa forma, torna-se evidente e necessário regras e princípios processuais próprios.

O esforço do legislador teve início com o Decreto-Lei n. 1237, de 2 de maio de 1939, que dispunha sobre o cumprimento de acordos ou sentença com trânsito em julgado, a competência do juízo da ação original também para a execução, bem como quanto à iniciativa para instauração do processo executório.

O referido Decreto-Lei versava, ainda, sobre aspectos importantes do procedimento executório, que persistiriam através do tempo, norteados a execução trabalhista, tais como a garantia da execução e penhora de bens, bem como o prazo de cinco dias para o executado “defender-se”. No mesmo dispositivo legal, foram mencionadas as matérias que poderiam ser objeto da defesa, bem como as consequências de sua eventual improcedência.

É inegável a importância do Decreto-Lei 1.237/39, vez que muitos de seus elementos viriam a disciplinar o processo do trabalho, com medidas, prazos e procedimentos que estão em vigor até os dias atuais, reforçando a originária idéia de autonomia do Direito do Trabalho.

Após ele, o Decreto-Lei n 6596/40, passou a vigorar, otimizando as regras então existentes, até a entrada em vigor do Decreto-Lei de n. 5.452, de 10 de novembro de 1943, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho, ainda em vigente, que reproduziu em considerável parte o texto contido nos dispositivos legais precedentes.

Dentre os principais aspectos que diferenciam o processo de execução trabalhista do processo de execução cível está o fato da mesma poder iniciar-se por ato do juiz, praticado de ofício, desenvolvendo-se, se for o caso, até o final, sem qualquer participação direta do credor. No processo civil, a execução é privilégio do credor ou do Ministério Público, em situações excepcionais. Preleciona Manoel Antônio Teixeira Filho:

[...] a execução trabalhista, de acordo com as disposições legais que a estruturam, foi projetada para servir como simples fase subsequente ao processo de conhecimento, destituída, por isso, de autonomia ontológica (exceto quando calcada em título executivo extrajudicial, como previsto pelo art 876 da CLT), embora não se lhe possa negar independência finalística. (2004, p. 105).

Nesse trilhar, impõe-se verificar que a execução, não obstante ter sido projetada para servir como uma fase subsequente ao processo, constitui processo autônomo no sistema processualístico do trabalho, devidamente regulamentado pelos arts. 876 a 892 da CLT, que inclusive regula a possibilidade do devedor resistir aos atos executivos, através dos “embargos à execução”, que diferem da impugnação mencionada anteriormente.

2. Da Aplicação Subsidiária Do Cpc À Exução Trabalhista

O Art. 769 da CLT estabelece a aplicação subsidiária do direito processual civil ao direito processual do trabalho, disciplinando os requisitos para sua excepcional utilização:

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as normas deste Título.

Ressalte-se que, com a Consolidação das Leis do Trabalho, acreditava-se na independência jurisdicional e didática em relação ao processo civil. No entanto, o próprio artigo 769, tratou de prever métodos de integração, com a importação de regras do processo civil, quando a consolidação for omissa.

Levando-se em conta que tratava-se de regulamentação nova, há de se compreender que o próprio legislador temia a ausência de marcos reguladores específicos em determinadas situações do cotidiano processual, que apenas o tempo demonstraria quais eram. Daí a explicação mais convincente para o permissivo legal da integração das normas com o direito comum.

Para o renomado Mauro Schiavi, o art. 769 da CLT exige, concomitantemente:

- a) **Omissão da CLT:** quando a CLT e as legislações processuais trabalhistas extravagantes (Leis ns 5.584/70 e 7.701/88) não disciplinam a matéria;
- b) **Compatibilidade com os princípios que regem o processo do trabalho.** Vale dizer: a norma do CPC, além de ser compatível com as regras que regem o Processo do Trabalho, deve ser compatível com os princípios que norteiam o Direito Processual do Trabalho, máxime o acesso do trabalhador à Justiça (2008, p. 93).

Extraí-se daí a discussão sobre quais os casos omissos citados na CLT poderiam ser objeto da utilização das leis processuais civis. Isso porque, além das lacunas denominadas normativas (aquelas em que se constata a ausência de uma norma disciplinadora), temos casos de lacunas axiológicas e ontológicas.

As lacunas axiológicas emergiriam da incoerência de se interpretar de maneira literal o disposto no art. 769 da CLT, já que a regra, mesmo que existente, poderia revelar-se injusta ou insatisfatória numa comparação entre o jurisdicionado na justiça do trabalho ante ao jurisdicionado da justiça comum, que, dadas as recentes inovações e regramentos que impõem maior celeridade na prestação jurisdicional, estaria em evidente situação de vantagem com relação àquele. Nesse diapasão, mesmo existentes normas específicas na CLT, o processo do trabalho poderia abraçar aquelas que acarretassem melhoria da efetividade da prestação jurisdicional, o que se daria também com relação à multa do art. 475-J da CLT.

Já as lacunas ontológicas teriam vez quando, mesmo verificada a existência de norma disciplinadora, concluir-se-ia pelo envelhecimento da mesma, que teria se tornado obsoleta diante da evolução das relações sociais, em todas as suas variáveis, abrindo espaço para os institutos e garantias do direito comum, tal como a penalidade prevista no art. 475-J do CPC, no caso do devedor não pagar voluntariamente o crédito no prazo de quinze dias.

A interpretação mais moderna indica a utilização de dispositivos da lei processual civil não só nos casos de evidente lacuna normativa, mas também quando a norma demonstrar-se manifestadamente arcaica, desatualizada ou até mesmo injusta, diante do contexto social que se apresenta.

Nada mais justo do que fazer uso do permissivo legal e buscar completar o direito processual do trabalho com os dispositivos da lei comum que melhor se adequam à realidade atual, na tentativa de uma melhor entrega da prestação jurisdicional buscada.

Os principais estudiosos do tema, ao tempo em que defendem a aplicação do CPC ao processo do trabalho, preocupam-se com a deliberada absorção de normas comuns ao procedimento especializado, o que poderia, com o passar dos anos, extrair-lhe a autonomia impregnada na sua concepção. É a posição de Manoel Antônio Teixeira Filho:

[...] É importante observar, isto sim, que a adoção supletiva de normas do processo civil não pode acarretar alteração do sistema (procedimento) do processo do trabalho, que é a espinha dorsal deste, pois se sabe que essa adoção só se justifica como providência necessária para atribuir maior eficácia ao sobredito *sistema* e não, para modificar-lhe a estrutura em que se apóia (2007, p. 54).

Tendo a execução trabalhista regulamentação específica, como já dito, nos arts. 876 a 892 da CLT, não se pode afirmar que o processo do trabalho seja omissivo com relação à matéria, bem como quanto ao processo autônomo de execução.

Nessa esteira, admitir a discussão quanto aos métodos mais eficazes relacionados com o “cumprimento de sentença” constantes do art. 475 do CPC, para possível aplicação das mesmas ao processo do trabalho, sob a justificativa da existência de lacuna ontológica ou axiológica, na esteira do que alude o art. 769 da CLT, poderia ser considerado um procedimento temerário, dada a existência de regras específicas no processo do trabalho, sem espaço para a aplicação de normas advindas do direito comum.

3. Da Inexistência De Lacunas Ontológicas E Axiológicas Que Justifiquem A Aplicabilidade Da Multa No Art. 475-J

Até a edição da Lei 11.232/2005, o processo de execução era predominantemente autônomo, e seguia de maneira independente do processo de conhecimento que o antecedeu.

Com o advento da lei, passou a ser possível executar a sentença nos mesmos autos do processo onde foi proferida, apenas numa fase diversa, de caráter executório. O texto do art. 162 do CPC foi alterado, passando a estabelecer que, após a sentença, não mais haveria necessariamente o fim do processo, com a decisão sobre o mérito da causa. Assim, na prática,

o processo não mais se encerraria, necessariamente, com a sentença proferida na fase de conhecimento, podendo ser executada nos próprios autos, na outra fase, de execução.

Uma das principais inovações, senão a maior delas, trazidas pela lei ao processo de execução, foi a implementação da multa prevista no art. 475-J do CPC, que, de maneira inédita, estabelece uma penalidade de 10% sobre o total da condenação para aquele que, obrigado por sentença, não adimpli-la em 15 dias.

A previsão da multa acarretou outras discussões periféricas, alvos de inúmeros debates e discussões entre juristas e tribunais, especialmente quanto ao marco inicial para início da contagem do prazo do cumprimento de sentença, bem como a respeito do caráter ou da natureza jurídica da multa, se punitivo ou coercitivo.

Parece uníssono, no entanto, que a multa tem o condão de trazer efetivo benefício ao credor, no que diz respeito a celeridade, vez que, ou de caráter coercitivo ou tendo natureza jurídica punitiva, a penalidade, em tese, impõe a quem deve elementos mais eficazes para que a obrigação seja satisfeita e a entrega da prestação jurisdicional se dê de maneira mais rápida e eficiente, desestimulando medidas procrastinatórias à execução.

Pois bem: ante ao reconhecimento de que o processo do trabalho possui regramento próprio quanto aos atos executórios, devidamente estabelecidos nos artigos 876 e seguintes da CLT, discute-se a possível aplicação das modernas regras advindas da entrada em vigor da Lei 11.232/2005, especialmente com relação ao que estabelece o art. 475-J do CPC.

Nesse trilhar, em princípio poder-se-ia conjecturar a licitude de se adotar, no processo do trabalho, o disposto no *caput* do art. 475-J da CLT, tão somente quanto à imposição da multa de dez por cento, no caso do executado não adimplir a multa no prazo de 15 dias, adotando as normas constantes da CLT com relação aos demais procedimentos.

Alguns magistrados têm defendido a aplicação das normas do CPC ao processo do trabalho, especialmente neste particular, ante a “patente lacuna axiológica” existente, conforme verifica-se no arrazoado da decisão Emanada do juiz Ari Pedro Lorenzetti, da segunda Vara do Trabalho de Anápolis, em sede de Embargos à Execução opostos:

[...] Pertinente registrar, nessa passagem, que o próprio TST já elaborou Anteprojeto de Lei, visando justamente à positivação da aplicação das normas do CPC no processo do trabalho nesse particular, o que deixa evidenciada a existência de patente lacuna axiológica. Demais disso, a efetividade da execução constitui princípio constitucional, devendo a interpretação das normas inferiores atender precipuamente à orientação emanada da Lei Maior (TRT, RT, 2010).

Ocorre que, submetida ao crivo do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a matéria tem sido objeto de posicionamento diverso, com a consequente reforma do julgado, ante ao regramento próprio existente na CLT:

[...] Considerando que a CLT tem regramento próprio a respeito, é incabível a aplicação subsidiária das disposições do CPC (...) ficando afastada a multa de 10% decorrente do não pagamento do importe exequendo no prazo previsto no art. 475-J do CPC, cuja penalidade, de qualquer modo, é inaplicável ao processo do trabalho, face ao teor do que dispõe a Súmula nº 13 desta Egrégia Corte (TRT, RT, 2010).

A decisão refere-se ao posicionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que consolidou entendimento, em compasso com inúmeros outros regionais pelo país, quanto à inaplicabilidade da multa:

SÚMULA Nº 13 - PROCESSO DO TRABALHO. ART. 475-J DO CPC. INAPLICABILIDADE. É inaplicável ao processo do trabalho a multa prevista no art. 475-J do CPC, porque a matéria nele tratada possui disciplina própria na CLT. (RA nº 53/2010 – Alterada pela RA nº 90/2012, DJE – 17/10/2012, 18/10/2012 e 19/10/2012).

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por sua vez, vem defendendo a aplicação da multa, justificando que o Processo do Trabalho não deve se contentar com a legislação existente, devendo ir além e fazer uso da legislação existente, desde que boa e compatível com o tema. Nessa esteira, alguns têm levantando a bandeira do uso da penalidade no processo do trabalho em razão da busca pela celeridade e efetividade da prestação jurisdicional e, ainda, sob a bandeira da natureza alimentar do crédito trabalhista, fato que por si só já seria suficiente a admitir o uso de legislação advinda do processo civil, com o fito de garantir o resultado útil do processo:

SÚMULA n.º 30 - MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE AO PROCESSO TRABALHISTA. A multa prevista no artigo 475-J do CPC é aplicável ao processo do trabalho, existindo compatibilidade entre o referido dispositivo legal e a CLT. (RA 135/2009, disponibilização/divulgação: DEJT/TRT3 10/11/2009, 11/11/2009 e 12/11/2009).

Lastreiam-se, ainda, aqueles que defendem a aplicabilidade do art. 475-J ao processo do trabalho, no fato da própria CLT, em seu artigo 835, autorizar o juiz a estabelecer prazos e condições para o cumprimento de acordo ou decisão. Ele estaria, então, legitimado pelas próprias leis trabalhistas, a fazer uso de leis modernas a fim de corrigir a supostamente existente lacuna ontológica, tendo em vista a suposta desatualização da norma em face dos fatos sociais e, ainda, axiológica, por resultar a aplicação da norma em solução injusta ou insatisfatória.

O Tribunal Superior do Trabalho, instado a se manifestar sobre a possível aplicabilidade do referido artigo, com a imposição da multa, tem se posicionado de maneira contrária, ante a ausência de omissão legislativa, vez que a CLT regula o processo de execução, com prazos próprios e diferenciados. É preciso, por exemplo, se atentar para o fato de que o artigo 880 da CLT determina a citação do executado para pagamento do débito em 48 horas, sob pena de penhora, ao passo que o artigo 475-J do CPC determina a majoração da execução em 10% caso não adimplida a obrigação no prazo de quinze dias. São, portanto, normas que tratam do mesmo assunto, mas com abordagens diversas, tornando incompatível a utilização conjunta - por muitos denominada híbrida - do CPC com a CLT.

No mais, ainda há que se observar inescusável ofensa ao Devido Processo Legal, insculpido na Constituição Federal, em seu artigo 5.º, LIV, que estabelece que “*ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*”. Estaríamos diante de equivocada utilização subsidiária do direito comum em matéria devidamente consignada na legislação trabalhista, com parâmetros próprios, inexistindo lacuna que justifique a aplicação da referida penalidade:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC. APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. Provável violação do artigo 5º, LIV, da Constituição Federal. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Preliminar que se deixa de analisar com base no artigo 249, § 2º, do CPC. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. A controvérsia não demanda mais discussões nesta Corte Superior, que reiteradamente decide que a multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil é incompatível com o processo trabalhista. Com efeito, cotejando-se as disposições da CLT e do CPC sobre o pagamento de quantia certa decorrente de título executivo judicial, verifica-se que a CLT traz parâmetros próprios para a execução, especificamente no tocante à forma e ao prazo para cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa; não há, portanto, lacuna que justifique a aplicação do direito processual civil neste aspecto. Precedentes. Recurso de revista conhecido por violação do artigo 5º, LIV, da Constituição Federal e provido. (TST - RR: 3383000319975020027, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 18/03/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/03/2015).

Se não bastasse, ainda que se admitisse, *ad argumentandum tantum*, a existência da omissão celetista, com a observância de lacunas ontológicas ou axiológicas, impor-se-ia, antes da suposta aplicação do processo civil ao processo do trabalho, a aplicação, na

execução, dos preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida, nos exatos termos do que prevê o artigo 889 da CLT.

André Luiz Paes de Almeida refuta a possibilidade de utilização da multa do art. 475-J ao processo do trabalho em firme posicionamento:

[...] Ousamos, porém, discordar dos Magistrados que estão aplicando subsidiariamente o Código de Processo Comum por um motivo simples: o art. 769 da CLT destaca dois fatores para a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no processo laboral, ressaltando como primeiro requisito a omissão da CLT, fato este que não ocorre no presente caso, pois o art. 883 da CLT é claro ao impor o pagamento na fase de execução no processo do trabalho (2014, p. 329).

Na mesma esteira caminha Manoel Antônio Teixeira Filho, que indica como solução a edição de leis mais modernas, especificamente para o processo laboral:

[...] Impô-la, todavia, no processo do trabalho, onde a execução continua a ser autônoma, seria agredir o próprio art. 769 da CLT, pouco importando as razões pelas quais se desejou efetuar essa imposição, além de violentar a estrutura de um sistema que está a vigor há mais de sessenta anos, e cuja solução para combater o seu envelhecimento será a edição de normas legais a ele dirigidas. (2007, p. 59)

A autonomia do processo do trabalho em face do processo civil e comum advém de seu papel constitucional de dar a cada um o que lhe é de direito nas relações de trabalho. A simples presença de institutos próprios e específicos demonstra que, embora se relacione com outros ramos do direito, o processo laboral goza de autonomia científica, o que, por si só, afastaria a interferência do direito comum, sob a frágil argumentação da existência de lacunas axiológicas ou ontológicas.

Inequívoca, no entanto, a constante necessidade de aprimoramento, desenvolvimento e adequação de suas normas, em compasso com os dinâmicos valores sociais e com a modernização processualista, desde que preservada sua independência.

Conclusão

Não obstante o nosso ordenamento jurídico prever a utilização subsidiária da legislação comum ao processo do trabalho, nos casos de omissão, há que se observar com reservas as inúmeras manifestações favoráveis à aplicabilidade do art. 475-J ao processo laboral.

As supostas lacunas ontológicas e axiológicas, sob a justificativa da desatualização da norma em face dos fatos sociais e da suposta aplicação injusta ou

insatisfatória da norma existente não podem, por si só, guarnecer a idéia de inexistência de regras próprias e absolutamente distintas advindas do processo do trabalho.

Inexistentes, portanto, omissões ensejadoras da aplicação da lei comum, inaplicável, por imposição legal, ou mesmo pela incompatibilidade de seu uso comum, a penalidade prevista no Código de Processo Civil recentemente inovado.

Não se pode negar que a penalidade trazida com o advento da Lei n.º 11.232/2005 tem a finalidade precípua de desestimular resistências de caráter procrastinatório à execução, buscando a celeridade do processo e a mais célere entrega da prestação jurisdicional buscada. No entanto, a inovação daquela lei não pode violentar a legislação existente e suficiente constante da CLT, com relação ao processo de execução.

Caso se admitisse que qualquer norma considerada mais efetiva fosse imediatamente passível de utilização no processo do trabalho, criar-se-ia um clima de absoluta insegurança jurídica com relação às normas específicas já existentes, sob o raso pretexto da existência de lacunas axiológicas ou ontológicas, inobstante a flagrante inexistência de lacuna normativa.

Para emprestar traços de inovação e maior eficiência ao processo do trabalho, mister se faz a elaboração de leis específicas, aptas a promover as mudanças necessárias diretamente ao processo laboral, preservando sua histórica autonomia e seu caráter peculiar, respeitando as regras autônomas existentes.

Referências

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **CLT e Súmulas do TST comentadas**. Editora Rideel: 2014, São Paulo. p. 329

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. Editora LTr: 2008. São Paulo. p. 93.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. “**O cumprimento da sentença trabalhista e a aplicabilidade da multa do art. 475-j do CPC**”. Rev. TST, Brasília, vol. 73, nº 1, jan/mar 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. v. 1. p. 34.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. 18ª Região. RT n.º 0001119-62.2010.5.18.0052. Disponível em: www.trt18.jus.br. Acesso em: 18 mai. 2015.